

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA				
Processo	Folha	Rubrica		
1729	9H	Ow.		

4 Perces A	
	01 02 13
	= = = = = = = = = = = = = = = = = =
	(NC) Ha of The second of
	NCLUA-SE EM PAUTA PARA DISCUSSÃO ESPECIAL EM, O 1 121 17
	E1, 021 021 17
	Presidente da Câmara
ų Is	
	PAUTADO EM ~ DISCUSSÃO
	Em/2/2/12
	DRESIDENTE DA CÂMARA
	PAUTADO M - DISCUSSÃO
	EmDISCUSSÃO
	RESIDENTE DA CAMARA
	PAUTADO EM - DISCUSSÃO
	Em 2
	PESIDENTE PA
	PESIDENTE DA MAR



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CTOK S
Go Del SAR
Relation entreminimento autos parecen do
Em 17/03/2017.
igueira
Saul Squeira Chule de Gabinete CAMARA MINICIPAL DE VIDANA
CAMARA
· It
•



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 54/2017 **Processo:** 1729/2017

Autor: Luiz Paulo Rodrigues de Amorim

Ementa: "Dispõe sobre a divulgação dos direitos da pessoa portadora de câncer e dá outras

providências".

I – RELATÓRIO

De autoria do Vereador Luiz Paulo Rodrigues de Amorim, o referido Projeto de Lei dispõe sobre a divulgação dos direitos da pessoa portadora de câncer.

Dispõe o projeto em questão, que essa divulgação deverá ser feita de forma que seja de fácil acesso e visível ao público, contendo a informação de que a pessoa é portadora de "neoplastia maligna" (câncer), e elenca os seus direitos nas alíneas de "a" a "l", de seu artigo 2°.

Prevê ainda que caberá ao Poder Executivo a regulamentação da Lei, podendo inclusive incluir novos benefícios além dos já enumerados.

II - PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei em epígrafe visa contribuir para o auxílio das pessoas portadoras de qualquer tipo de câncer, facilitando o conhecimento dos direitos que lhes são oferecidos, podendo desta forma reivindicá-los, contribuindo ainda para amenizar algumas dificuldades que esses pacientes enfrentam todos os dias.

Após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição no sentido que a mesma encontra-se de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, opinamos pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei 54/2017.

É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 09 de Março de 2017.

Sandro Parrini
Vereador – PDT
Comissão de Justiça - Relator

Matéria: Projeto de Lei nº 54/2017

Reunião:

Comissão de Justiça 3003

Data:

30/03/2017 - 15:22:56 às 15:24:15

<u>Tipo:</u>

Nominal

Turno:

Ata

Quorum:

Total de Presentes : 5 Parlamentares

Partido	Voto	Horário
PPS	Sim	15:24:03
PSD	Sim	15:24:10
PTB	Sim	15:24:02
PDT	Sim	15:24:06
PPS	Sim	15:24:05
	PPS PSD PTB PDT	PPS Sim PSD Sim PTB Sim PDT Sim

Totais da Votação :

SIM NÃO **5 0**

TOTAL **5**

PRESIDENTE

SECRETÁRIO